

A. I. N° - 147074.0123/07-8
AUTUADO - CARINE FREITAS MACHADO
AUTUANTE - ANTÔNIO CARLOS SALES ICO SOUTO
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 21.09.07

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0273-04/07

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDAS A CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. AUDITORIA DE “CAIXA”. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Saldo positivo apurado da diferença entre o numerário existente no caixa e o somatório de valores das notas fiscais e demais documentos emitidos até antes do início da ação fiscal, salvo comprovação em contrário, é indicativo de que o contribuinte realizou vendas sem emissão da documentação fiscal correspondente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 31/01/2007, apresenta como irregularidade a falta de emissão de documentos fiscais relativos às operações realizadas, com aplicação da penalidade no valor de R\$690,00. Na “Descrição dos Fatos” é informado ter sido constatada a realização de vendas de mercadorias a consumidor, sem a devida emissão de nota ou cupom fiscal, conforme Termo de Ocorrência.

O autuado apresentou impugnação à fl. 13, confirmando a prática da infração e argumentando que a irregularidade encontrada decorreu da falta de experiência da proprietária e pede perdão da dívida, pois não tem mais como cometer este erro porque já trabalha com a registradora (ECF).

O auditor autuante, à fl. 21, salienta que a autuação foi lavrada de acordo com a legislação do ICMS em vigor e que o próprio contribuinte confessa a infração cometida.

Os documentos juntados com a defesa às fls. 14/16 se referem às notas fiscais de n^{os} 3463 a 3467, sendo que as notas 3463 e 3464 foram emitidas pela fiscalização no momento da ação fiscal, e as de n^{os} 3465, 3466 e 3467 foram emitidas em momento posterior a ação fiscal e não comprovam a regularidade de emissão de documento fiscal.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado com aplicação de multa no valor de R\$ 690,00, por falta de emissão de nota ou cupom fiscal de venda a consumidor, conforme Termo de Ocorrências e levantamento das disponibilidades existentes no estabelecimento do contribuinte, mediante Termo de Auditoria de Caixa, apresentando resultado positivo de R\$970,82, sendo posteriormente emitida nota fiscal n° 3464 para regularização do caixa.

O Regulamento do ICMS/97, determina, no seu artigo 201 as hipóteses em que devem ser emitidos os documentos fiscais e estabelece que: as notas fiscais modelos: a) 1 e 1 A; b) as notas fiscais de venda a consumidor; c) o cupom fiscal; entre outros, serão emitidos pelos contribuintes sempre que realizarem operações de serviços sujeitas à legislação do ICMS.

No mesmo sentido o art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, estabelece multa específica para os estabelecimentos comerciais que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Da análise das peças que compõem o presente processo constato que no Termo de Auditoria de Caixa, à fl. 05, a infração às normas estabelecidas no art. 201, acima citado, está caracterizada, conforme levantamento fiscal realizado pelo auditor, utilizando o procedimento de auditoria de caixa e comprovando a existência de valores em caixa sem a documentação comprobatória de sua origem e sem as correspondentes notas ou cupom fiscal exigidos nas operações mercantis.

O argumento defensivo de que a não emissão de documentos fiscais, no momento da ação fiscal, decorreu da falta de experiência da proprietária e pelo fato de que não mais teria como cometer este erro porque já estava trabalhando com a registradora ECF, não são capazes de elidir a infração e restou comprovado a falta de emissão de nota fiscal.

Deste modo, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **147074.0123/07-8**, lavrado contra **CARINE FREITAS MACHADO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de setembro de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

NILZA CRISPINA MACEDO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR